

Projeto de Lei Complementar nº 210 de 2024

(do Sr. Danrlei Hinterholz)

Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, e dá outras providências..

EMENDA Nº

Art. 1º. O art. 1º, do Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2024, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º. A Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
.....

Art. 6-
A.....
.....

.....
.....

§1º São excetuadas do disposto no inciso I do caput todos os benefícios tributários destinados à área de esportes.

§2º Na hipótese do caput, ato do Poder Executivo federal poderá estabelecer limite, em termos percentuais em relação



ao crédito apurado passível de restituição ou de ressarcimento, para a utilização em compensação de débitos próprios de tributo ou contribuição administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

§3º O limite de que trata o § 2º:

I - será mensal e graduado em função do valor total do crédito;

II - não poderá ser inferior a 1/60 (um sessenta avos) do valor total do

crédito demonstrado e atualizado na data da entrega da primeira

declaração de compensação;

III - não poderá ser estabelecido para crédito cujo valor original total

seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e

IV - poderá ser diferenciado por tipo de crédito.

§ 4º O limite previsto no § 1º entrará em vigor decorridos noventa dias

da data da publicação do ato que o estabeleceu.

§ 5º Fica autorizado o Poder Executivo federal a não aplicar as vedações de que trata o caput na hipótese de ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.” (NR)

.....
.....

Art. 6-

B

.....



.....
.....

Parágrafo único. São excetuadas do disposto no inciso I do caput todos os benefícios tributários destinados à área de esportes. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A prática esportiva desempenha um papel fundamental na sociedade, indo muito além do simples lazer. Ela promove a saúde física e mental, incentiva a disciplina e o trabalho em equipe, e tem o poder de unir diferentes culturas e classes sociais. Além disso, o esporte contribui para a formação de valores essenciais, como respeito, resiliência e fair play. Em um contexto social mais amplo, iniciativas esportivas frequentemente atuam como ferramentas de inclusão social, ajudando a combater desigualdades e a oferecer novas oportunidades, especialmente para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

Os incentivos fiscais têm sido uma das principais alavancas para o desenvolvimento do esporte amador e profissional no Brasil. Sem esse suporte, muitos projetos voltados à formação de novos atletas, à realização de competições e à ampliação do acesso ao esporte em comunidades menos favorecidas poderiam simplesmente desaparecer. A retirada desses benefícios tributários poderia significar um grave retrocesso para o setor, dificultando a continuidade de programas esportivos fundamentais, a manutenção de estruturas e o suporte necessário para que o esporte nacional continue competitivo em nível global.



Diante desse cenário, é imperativo que os benefícios tributários destinados à área do esporte sejam mantidos e, portanto, excluídos do escopo do Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2024. Essa medida é essencial para garantir que o esporte continue a cumprir sua função social e econômica, gerando impactos positivos em saúde pública, educação e inclusão. A retirada desses benefícios não apenas comprometeria o crescimento do esporte no país, mas também colocaria em risco todos os avanços conquistados ao longo dos anos, prejudicando atletas, instituições e milhões de brasileiros que encontram no esporte um caminho de transformação e desenvolvimento.

Pelos méritos da proposta, peço apoio dos meus pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado Danrlei Hinterholz (PSD-RS)





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Do Sr. Danrlei de Deus Hinterholz)**

Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, e dá outras providências..

Assinaram eletronicamente o documento CD245868142700, nesta ordem:

- 1 Dep. Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS)
- 2 Dep. Antonio Brito (PSD/BA) - LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE

